

A Educomunicação como forma de garantir o direito humano a comunicação e a cidadania¹

Alessandro Muniz Fontenelle²
Itamar de Moraes Nobre³

RESUMO

A Educomunicação é um conceito e uma prática da interface Comunicação e Educação que atua promovendo uma reflexão crítica e transformação dos processos comunicativos entre pessoas, grupos e na sociedade, como também na apropriação dos meios de comunicação e linguagens de modo a garantir o exercício do direito humano à comunicação. Neste trabalho reflete-se sobre o contexto contemporâneo da educação e da comunicação, investigando e compreendendo porque se torna necessária uma atuação nesta interface para que a cidadania e a garantia de direitos, em especial o direito à comunicação, sejam de fato efetivas.

Palavras chave: Educomunicação; Direito Humano a Comunicação; Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

É se comunicando que o ser humano transforma a realidade, sua identidade, a cultura, produz conhecimento, trabalha em cooperação. Compreende-se, assim, a comunicação como um direito humano, pois é por meio dela que este realiza sua presença no mundo. Contudo, na contemporaneidade os meios de comunicação tradicionais (rádio, televisão, jornais) estão concentrados nas mãos de poucos grupos político-econômicos, o que significa que poucos possuem de fato a possibilidade de comunicar-se amplamente, pelas diversas linguagens existentes.

Ao mesmo tempo, os indivíduos e as sociedades estão cada vez mais envolvidos por tecnologias da informação e da comunicação, cada vez mais acessíveis e interativas, que abrem a possibilidade de muitas pessoas agora dialogarem e expressarem suas ideias e

¹ Trabalho apresentado ao IJ 06 – Interfaces Comunicacionais, do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduado no curso de Comunicação Social (Jornalismo) da UFRN em 2013.1. E-mail: correspondente13@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor Doutor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM), da UFRN. Pesquisador do Grupo de Pesquisa PRAGMA - Pragmática da Comunicação e da Mídia: teorias, linguagens, indústria cultural e cidadania. Integrante do Grupo de Estudos BOA-VENTURA - CCHLA/UFRN, em convênio com a Universidade de Coimbra-Portugal. Membro do Grupo de Pesquisa (GP): Fotografia, da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Membro da REDE FOLKCOM – Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação. E-mail: itanobre@gmail.com.

opiniões para grandes quantidades de pessoa. A soma de todas essas produções, dos veículos tradicionais e de todos os internautas que publicam na rede gera uma abundância de informações, discursos, representações que influenciam a maneira de cada um de interpretar o mundo e comportar-se no cotidiano.

Implica em transformações na forma como os sujeitos interagem com as informações, como se comunicam, aprendem e ensinam, cada vez mais conectados, em rede, compartilhando e tendo acesso a uma infinidade de conteúdos nas mais diversas linguagens, escrita, audiovisual, imagética, entre outras.

Refletir sobre como lidar com os processos comunicativos e de ensino-aprendizagem neste contexto torna-se imperioso, em especial na escola, um dos principais espaços sociais responsáveis por preparar os sujeitos para atuar na sociedade.

Este trabalho surge a partir da experiência do Projeto de Extensão Vir-a-Vila: Grupo de Comunicadores/as Adolescentes e Jovens da Vila de Ponta Negra, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que, analisando esta realidade citada, passou a atuar por meio da educomunicação com o objetivo de garantir o exercício do direito humano à comunicação a adolescentes e jovens da Escola Estadual Professor José Fernandes Machado, do bairro de Ponta Negra, Natal-RN. Investiga-se por que a Educomunicação pode ser uma das práticas e teorias capazes de responder a realidade contemporânea, tornando-se necessária.

2. POR QUE A EDUCOMUNICAÇÃO?

A Educomunicação, enquanto interface entre a comunicação e a educação, é tanto um campo teórico como também uma prática, preocupada com o “eixo das relações comunicacionais entre pessoas e grupos humanos” (SOARES, 2011, p. 18). A comunicação e a educação são conceitos e práticas intrinsecamente relacionados, como aponta Freire quando afirma que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (1973, apud LIMA, 1981, p. 64).

Mas se criou ao longo do tempo certo antagonismo entre o mundo escolar e o mundo da comunicação. A Escola sente-se “como último baluarte do livro, portanto, também da reflexão, do argumento e da independência do pensamento frente aos meios de comunicação” (BARBERO, 2002, apud VIVARTA, 2004, p. 58-59). Em contrapartida, o mundo da comunicação, veloz, efêmero, de linguagem não-linear, mediatizado, que prima pela sensação

e pela emoção, para a escola objetiva produzir, senão, “massificação, conformismo e consumismo” (VIVARTA, 2004, p. 59).

O mundo escolar observa o mundo da comunicação com desconfiança, identificando que ele, em especial a TV, é “manipuladora de consciências e veiculadora de um conteúdo de baixo nível cultural, informativo e estético” (NAPOLITANO, 1999, p. 15). Napolitano explica que “muitos educadores, pedagogos e professores pensavam [e podem ainda pensar] a influência da TV como um fator responsável pelo fracasso da escola” (Ibid., p. 17), vendo “na TV um inimigo” (Ibid.).

Mas antes de analisarmos mais profundamente a relação entre essas duas áreas e universos, a educação e a comunicação, precisamos refletir sobre elas separadamente.

2.1. FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO – PERSPECTIVA TRADICIONAL

Estudando a história e a função social da escola, percebemos que no modelo social e econômico vigente, baseado na acumulação e reprodução de capital, na desigualdade e na dominação de uma classe social sobre as outras, o capitalismo, a instituição escolar tem como objetivo a “formação de uma nova geração que perpetue o sistema social tal como ele é” (SINGER, 2010, p. 27).

Durkheim, um dos pais da sociologia e que pensou sobre a função social da educação e da escola, justificou esse objetivo com a seguinte questão: “A que pode servir imaginar uma educação que seria a morte da sociedade que a colocasse em prática?” (Durkheim, 1934, apud SINGER, 2010, p. 27). O indivíduo aprende a comportar-se segundo os modelos colocados pela sociedade pelo que a Psicologia Social chama de “socialização”, que pode ser definido como:

Processo pelo qual o indivíduo adquire os padrões de comportamento que são habituais e aceitáveis nos seus grupos sociais. Este processo de aprender a ser um membro de uma família, de uma comunidade, de um grupo maior, começa na infância e perdura por toda a vida, fazendo com que as pessoas atuem, sintam e pensem de forma muito semelhante aos demais com quem convivem (BRAGHLIROLLI, 1995).

Para alcançar este fim, a escola fez-se um lugar de disciplina, autoridade, normatização e controle. Esta concepção percebe “a criança como uma ‘tábua rasa’, na qual os educadores podem inscrever seu desejo” (SINGER, 2010, p. 28).

O sociólogo francês foi importante representante do positivismo, corrente de pensamento que teve e ainda tem grande repercussão em diversos âmbitos das sociedades

ocidentais. Foi iniciada na França por Augusto Comte (1798-1895) que afirmava que “o pensamento positivista poderia garantir a organização racional da sociedade” (ISKANDAR; LEAL, 2002, p. 2).

A hipótese fundamental do positivismo é “que a sociedade humana é regulada por leis naturais, ou por leis que tem todas as características das leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana” (LÖWY, 1991, p. 35-36). E conseqüentemente, as ciências sociais, incluindo-se aí a educação, “da mesma maneira que as ciências da natureza são objetivas, neutras, livres de juízos de valor, de ideologias políticas, sociais e outras, (...) devem funcionar exatamente segundo esse modelo de objetividade científica” (Ibid., p. 36).

Meksenas (2005, p. 70) explica que, de acordo com essa lógica, em que a sociedade funcionaria segundo leis e regras já determinadas (ou “naturais”), isso “faria com que os problemas sociais não tivessem sua origem na Economia (forma pela qual as pessoas trabalham), mas sim numa crise moral, isto é, num estado social em que várias regras de conduta não estão funcionando”.

A sociedade seria, então, “harmônica”, ou pelo menos, da única maneira que ela poderia ser, algo “natural”. Conseqüentemente, quando ocorrem problemas, a violência e o crime, por exemplo, tratam-se de desvios de indivíduos que não aceitaram seguir essas “leis naturais”. É um problema moral.

A culpa pelos problemas sociais, sendo morais, são também individuais. Não é a sociedade que tem problemas, mas os indivíduos que não respeitam suas regras. Durkheim afirma que “é preciso que a sociedade passe por um amplo processo de moralização, cuja base é justamente a educação” (SINGER, 2010, p. 28) e completa que:

Na escola, efetivamente, existe todo um sistema de regras que predeterminam a conduta da criança. (...) Há assim uma variedade de obrigações às quais a criança está forçada a se submeter. Seu conjunto constitui o que se chama disciplina escolar. Pela prática da disciplina escolar é possível inculcar na criança o espírito de disciplina (DURKHEIM, 1925, p. 169, apud SINGER, 2010, p. 28).

Disciplina, controle, repetição, regularidade, padrão, respeito à autoridade. “O espírito de disciplina, como predisposição mental, torna-se assim peça fundamental de todo o processo educativo”, explica Singer (2010, p. 29), pois é imprescindível que cada indivíduo aceite e absorva a moral da sociedade vigente, de modo a não transgredi-la, para, assim, evitar os problemas sociais.

“Busca-se levar o indivíduo a aceitar voluntariamente as regras do jogo social, instruindo-o no conhecimento que o tornará ‘um cidadão útil’” (ALVES, 2004, p. 102). Desta forma, a instituição tornou-se um lugar “formalista, asséptico, distanciado da realidade do aluno, estéril e/ou enfadonho” (GUIMARÃES, 2000, p. 18).

Freire traz ainda outro elemento característico desta forma de pensar a sociedade, em especial na América Latina e restante do Terceiro Mundo. Ele fala do “mutismo” e da “cultura do silêncio”. O “mutismo” diz respeito “as sociedades a que se nega o diálogo – comunicação – e em seu lugar, se lhes oferecem comunicados. (...) O mutismo não é propriamente a inexistência de resposta. É a resposta a que falta teor marcadamente crítico” (2006a, p. 77) e, conseqüentemente, transformador. Pode-se falar e pensar, como afirmam os defensores da “liberdade de expressão” (liberal), mas segundo uma lógica determinada e conservadora.

A “cultura do silêncio” é explicada por Freire a partir do contexto e da herança histórica dos povos do Terceiro Mundo:

Desde a conquista, a América Latina é uma terra subjugada. Sua colonização consistiu numa transplantação promovida pelos invasores. Sua população foi esmagada; sua economia se baseava no trabalho escravo (...); era dependente dos mercados externos (...). O tipo predominante de dominação econômica determinou uma cultura de dominação que, uma vez internalizada, condicionava o comportamento submisso (FREIRE, 1970, apud LIMA, 1981, p. 87).

Lima aponta então a crítica de Freire a este sistema educacional positivista que estivemos caracterizando:

O mito da educação neutra, que é um instrumento a serviço da domesticação dos homens [e mulheres]; o mito da objetividade fria e científica, que transforma as estruturas desumanizadoras em verdades indiscutíveis; da inferioridade intrínseca do povo e da conseqüente superioridade, igualmente intrínseca, das elites, o que justifica o domínio destas sobre aquele; e o mito da superioridade das nações que “falam” face à inferioridade das nações que “silenciam”, porque são silenciadas (FREIRE, 1971, apud LIMA, 1981, p. 89).

A partir desta análise da perspectiva hegemônica de Educação, aqui denominada “Tradicional”, entendemos algumas relações entre a instituição escolar e a comunicação, neste caso, muitas vezes baseado na dificuldade, falta e/ou negação da comunicação. Percebemos também uma relação com o conhecimento mais fechada, autoritária, de transmissão, no que Freire denomina “Educação Bancária”, em que “em lugar de comunicar-se, o educador faz

‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem” (FREIRE, 2005, p. 66).

2.2. A MÍDIA TRADICIONAL

Ampliando o âmbito de discussão da educação para o contexto maior da sociedade moderna, altamente permeada por meios de comunicação de massa e pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), examinemos, então, o contexto da mídia na sociedade moderna, em especial no Brasil, para após refletirmos sobre as relações entre a mídia e a educação. Guareschi e Biz (2005, p. 38) explicam que:

Não há instância de nossa sociedade, hoje, que não tenha uma relação profunda com a mídia, onde a mídia não interfira de maneira específica. Isso é assim, por exemplo, com a economia, a educação, a religião, e chegando, de mais profunda, à própria política.

Completam que “a mídia é o coração da sociedade de informação, sob cuja égide vivemos. E a informação é o novo modo de desenvolvimento responsável pela produtividade do sistema capitalista nos dias de hoje”. A presença da mídia no cotidiano das pessoas pode ser percebida, por exemplo, no fato de que “as pessoas adultas dos países ocidentais gastam entre 25 e 30 horas por semana olhando televisão, e isso sem contar o tempo que elas empregam escutando rádio ou música, lendo jornais, livros e revistas” (Ibid) e que os “adolescentes brasileiros passam uma média de quatro horas por dia em frente à tevê, segundo o estudo *A Voz dos Adolescentes*, publicado em 2002 pela Unicef” (VIVARTA, 2004, p. 10).

Esta importância que a mídia possui na sociedade moderna torna-se preocupante quando percebemos como está organizado o controle dos meios de comunicação de massa (MCM) na sociedade. Grandes corporações dominam das telecomunicações à produção jornalística, que determina como é o mundo e como entendê-lo, passando para as manifestações culturais, novelas, cinema, música, entre tantas, produzindo assim visões de mundo, representações, referenciais, interpretações, consensos e até sensibilidades de acordo com os interesses hegemônicos e dominantes na sociedade.

A seleção do que deve ser mostrado e noticiado, a edição dessas informações e imagens, a escolha de palavras, termos (a exemplo do uso de “invasão” no lugar de “ocupação”, no tratamento da mídia hegemônica sobre as ações do MST) e enquadramentos, a manipulação, fragmentação e distorção dos significados, contextos e representações, juntos produzem uma realidade construída pelos meios de comunicação. É uma visão de mundo

influenciada pelos interesses dos proprietários dos meios de comunicação, pelas relações político-econômicas em que os veículos estão inseridos e pela ideologia e valores que estes expressam, em geral de forma sutil e não declarada.

Giancoli, em edição especial da revista Caros Amigos intitulada “Mídia – a grande batalha pela democracia” afirma que “a propriedade dos meios de comunicação do Brasil sempre foi estruturada em um oligopólio, com hegemonia muito grande da empresa líder, as Organizações Globo” (2011, p. 12). Ela aponta que a monopolização acontece por diversos mecanismos: pela concentração horizontal, quando um mesmo grupo detém várias operadoras da mesma plataforma midiática, por exemplo, várias emissoras de TV; pela concentração vertical, quando um grupo controla várias etapas de produção de bens midiáticos, como produtora, programadora e distribuidora e pela propriedade cruzada, quando um mesmo grupo opera em diferentes plataformas - TV, rádio, jornais e portais (GIANCOLI, 2011, p. 12-13).

Este cenário implica que as comunicações no Brasil não são democráticas, pois não são meios para a expressão da imensa diversidade do Brasil, desde a riqueza das culturas regionais, as diversidades étnicas, religiosas e culturais, pontos de vista dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, as inúmeras possibilidades de interpretação da realidade, da história e dos acontecimentos que permeiam nosso cotidiano.

Mas antes são o domínio de alguns poucos grupos políticos e econômicos, que historicamente têm determinado o que e como nós vemos o mundo, e nos explicado, conforme os critérios destes grupos, quais as origens, fundamentos e finalidades dos acontecimentos sócio-políticos, econômicos e históricos.

2.3. RELAÇÃO ENTRE MÍDIA, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

A influência desta mídia concentrada, dominada por alguns poucos grupos políticos e econômicos pode ser percebida em nosso dia-a-dia, pois estamos em constante e inevitável relação com a mídia em suas mais diversas formas. Por meio da roupa que vestimos que estampa diversas marcas, do telejornal na hora do café-da-manhã, do outdoor que visualizamos assim que saímos de casa, dos programas radiofônicos no carro, no ônibus ou dispositivo portátil, no panfleto distribuído nos sinais, no portal de notícias online ou no site de buscas que auxilia em cada dúvida.

Guareschi e Biz assinalam que “a mídia (notícias, divertimento, novelas, filmes, shows...) modifica a forma como as pessoas se relacionam, como aprendem, compram, namoram, votam, consultam médico, fazem sexo” (2005, p. 38). Nossos comportamentos,

opiniões, posições políticas, interpretações do mundo, são transformados cotidianamente a partir deste consumo dos produtos midiáticos.

Há, inclusive, relações de afetividade e identidade entre os indivíduos e a mídia, seus programas, apresentadores, personagens favoritos. Torcem, vibram, se alegram e choram pelo mocinho ou mocinha da novela ou do filme, chegando até a dar boa noite ao âncora do telejornal. A relação entre a mídia e, mais especificamente, os jovens, é explicada por José Manuel Moran quando afirma que eles “se identificam com o vídeo, a televisão, o videogame e o computador. Os meios eletrônicos respondem à sensibilidade dos jovens: são dinâmicos, rápidos, tocam primeiro o sentimento, a afetividade, depois a razão” (1993, p. 21).

Percebemos, assim, que nossa relação com a mídia é uma relação de comunicação/educação, pois o tempo inteiro se aprende com as imagens, fotografias, textos escritos, audiovisuais e radiofônicos. Os meios de comunicação de massa, desta forma, também educam.

Sendo assim, os papéis sociais das instituições escolares, da Mídia e das demais instituições sociais estão em constante transformação, em intensa relação no cotidiano das pessoas e da sociedade. Nossa principal fonte de informação, referenciais, pontos de vista, opiniões, visões de mundo não é mais a Escola, mas difunde-se por meio dos veículos de comunicação de massa e das novas tecnologias. Sobre essa relação entre a Educação enquanto instituição e os meios de comunicação, Belloni (2005, p. 33) explica que:

Do ponto de vista da socialização das novas gerações, a cultura e a comunicação (mediatizadas por tecnologias cada vez mais sofisticadas e de funcionamento opaco para a maioria dos usuários) vão se transformar: cresce a importância das “interações mediatizadas” e das mensagens simbólicas mundializadas, de um lado, enquanto de outro, tende a ocorrer uma perda de importância, ao menos relativa, das principais instituições modernas de socialização: a família, a escola e a religião.

O fenômeno do desenvolvimento e presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas sociedades modernas é outra peça importante na compreensão de nosso convívio com a comunicação. Nas últimas décadas, o celular, o computador, a internet, os novos dispositivos eletrônicos e demais tecnologias, têm transformado intensamente as relações e comunicações interpessoais, nosso contato com o conhecimento, nossos processos de ensino-aprendizagem, nossa percepção do mundo e nosso lugar nele.

Essas tecnologias, inclusive, podem mudar nossa relação com os meios de comunicação de massa, já que agora dispomos de mais fontes de informação e pontos de vista. Existe ainda a possibilidade de, nós mesmos, produzirmos e publicarmos na rede textos,

fotografias, vídeos, imagens, tudo, editados segundo nossos pontos de vista, interesses e perspectivas, compartilhando-os com pessoas de todo mundo em tempo real. Podemos dialogar com elas, realizar trabalhos colaborativamente com equipes que estão a milhares de quilômetros, trocar informações e notícias, fazer amizades com pessoas que nunca vimos.

Compreendemos a partir desta análise que a Comunicação e a Educação são áreas de conhecimento e práticas indissociáveis. “A educação só é possível enquanto ‘ação comunicativa’, uma vez que a comunicação configura-se, por si mesma, como um fenômeno presente em todos os modos de formação do ser humano”, afirma Soares (2011, p. 17). E também “toda comunicação – enquanto produção simbólica e intercâmbio/transmissão de sentidos – é, em si, uma ação educativa” (Ibid.).

Chegamos à conclusão que a Mídia, tanto os meios de comunicação de massa quanto as TICs, são espaços e/ou agentes educativos. Como pode, então, a escola ignorar este fato tão integrante da realidade de todos os seus sujeitos, estudantes, professores, funcionários, equipes pedagógicas, pais, comunidade? Martin-Barbero (2002, apud VIVARTA, 2004, p. 58) acrescenta que:

Nada empurra mais os adolescentes a se deixarem absorver pelos meios do que a abismal distância que existe entre a atividade, diversidade, curiosidade, atualidade, abertura de fronteiras que dinamizam hoje o mundo da comunicação, e a passividade, uniformidade, redundância, anacronismo, provincianismo, que se alastram dentro do modelo e do processo escolar.

Na visão de Martin-Barbero, o problema “está na prática comunicativa da escola que, de maneira dominadora, vê nos diversos meios de comunicação de massa os piores inimigos, quando na realidade é ela que acaba sendo sua mais perversa aliada” (VIVARTA, 2004, p. 58). Aliada tanto porque costuma não motivar o estudante na sua relação com o conhecimento e seu processo de ensino-aprendizagem, como também porque, se negando a olhar para o universo das mídias e processos comunicativos de maneira crítica, deixa os estudantes frequentemente à mercê das intenções sedutoras, emotivas e sensoriais que buscam induzir ao consumo e à aceitação de valores e representações de mundo que estão de acordo com aqueles que são proprietários e/ou dominam os veículos de comunicação de massa.

Para mudar esta realidade, a escola precisa ressignificar sua função e papel social, inserindo-se neste contexto midiático e digital sob uma perspectiva ativa, transformadora e libertadora, em que os estudantes e a comunidade educativa sejam sujeitos comunicativos neste universo, lendo este mundo e escrevendo nele a partir das inúmeras linguagens disponíveis e utilizadas. Freire defende que:

Aprender a ler e a escrever deve se constituir numa oportunidade para que os homens [e mulheres] conheçam o verdadeiro significado da expressão ‘dizer a palavra’: um ato humano que implica reflexão e ação. Como tal, trata-se de um direito humano primordial, e não privilégio de poucos. Dizer a palavra não é um ato verdadeiro a menos que esteja simultaneamente associado ao direito de auto-expressão e expressão do mundo, de criar e recriar, de decidir e escolher, e em última análise, de participar do processo histórico da sociedade (1970, apud LIMA, 1981, p. 66).

A educação só poderá ser libertadora quando puder auxiliar os indivíduos e grupos a apropriarem-se e engajarem-se no próprio processo de ensino-aprendizagem e também puderem expressar suas culturas, identidades, modos de ver, ser e estar no mundo de maneira ampla e irrestrita. Uma educação e comunicação integradas, articuladas, pensadas sob uma perspectiva transformadora e exercidas como:

Instrumentos de luta por emancipação dos indivíduos e das classes, e não apenas como meras estruturas de dominação e reprodução das desigualdades sociais. É decorrência desta perspectiva (...) acreditar na escola pública como locus privilegiado de formação para a cidadania e como meio de compensação das desigualdades sociais (BELLONI, 2005, p. 2-3).

2.4. COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO E CIDADANIA

Dialogando sobre a necessidade de se aprender a ler a mídia e se expressar por meio das inúmeras linguagens e técnicas (audiovisual, radiofônico, digital, imagético, corporal, entre outras), destacamos outro princípio fundamental, o direito humano à comunicação.

Freire afirma que “o mundo do ser humano não existiria se não fosse um mundo capaz de comunicar – o mundo dos seres humanos é um mundo de comunicação” (1973, apud LIMA, 1981, p. 63). E completa que:

Os homens não podem ser verdadeiramente humanos sem a comunicação, pois são criaturas essencialmente comunicativas. Impedir a comunicação equivale a reduzir o homem à condição de coisa. Somente através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado (Freire, 1970, apud LIMA, 1981, p. 63).

Se o ser humano é essa criatura “essencialmente comunicativa”, que impedido de se comunicar, se reduz “à condição de coisa”, logo podemos entender a comunicação como um direito humano, pois sem poder exercer sua expressão nos mais diversos meios, o ser humano tem sua condição fundamental negada, como explica Bertrand (1999, p. 68):

Sendo a comunicação uma necessidade essencial do ser humano, o “direito à comunicação” impõe-se: o direito reconhecido aos indivíduos, aos grupos e nações de trocar qualquer mensagem por qualquer meio de expressão. E conseqüentemente, a obrigação para a coletividade de fornecer os meios desta troca. O direito à educação não significaria grande coisa se não houvesse escolas, nem o direito à saúde sem hospitais.

É fundamental ao ser humano a “conquista de seu direito de voz, o direito de pronunciar sua palavra”, declara Freire, completando que a pessoa que tem ‘tem voz’ é sujeito de suas próprias opções, pois pode projetar livremente seu próprio destino (FREIRE, 1970, apud LIMA, 1981, p. 66).

Diante desta constatação, nos colocamos em conflito com a realidade social contemporânea, marcada pela grande concentração dos meios de comunicação no Brasil, América Latina e nos demais países, cenário de oligopólios, coronelismo eletrônico, da falta de diversidade e pluralidade de opiniões, pontos de vista e representações do mundo, da falta de visibilidade das produções e identidades regionais e locais, enfim, da riqueza cultural e social do país e do continente.

É importante frisar que o direito a comunicação e a democratização dos meios de comunicação, dois princípios e objetivos da Educomunicação na perspectiva adotada neste trabalho, são imprescindíveis para o pleno exercício da democracia, participativa e plural. Tal direito fica claro quando se percebe que “sociedades que dependem de um pequeno grupo de indivíduos ou empresas, para a narrativa de seu próprio presente, podem ser mais facilmente controladas”, como afirma o site de mídia alternativa Outras Palavras (2012).

A comunicação como ferramenta transformadora remete ao exercício da cidadania, por meio da qual cada cidadão, individual e coletivamente, atua, intervém e participa dos rumos de sua sociedade. Maldonado (2011, p. 2) relaciona o direito à comunicação com a cidadania, na expressão cidadania comunicativa e Mattelart contextualiza o cenário atual desta cidadania afirmando que:

A cidadania comunicativa na América Latina tem sido negada pelos modelos comerciais burgueses de concentração dos bens, sistemas, instituições, tecnologias e poderes midiáticos. Nos países latino-americanos, com exceção de Cuba, poucas famílias, possuidoras de um alto poder econômico, controlam os grandes meios de comunicação. Esse fato, conhecido pelo conjunto da sociedade, foi naturalizado como a forma adequada de estruturação dos sistemas midiáticos nas sociedades ditas modernas; as ideologias midiáticas os apresentam como o modelo de liberdade de comunicação e informação, oferecendo uma intensa programação cotidiana de entretenimento mercadológico e informação restrita, muitas vezes manipulada (MATTELART, 2009, apud MALDONADO, 2011, p. 2).

Ou seja, exatamente o contexto anteriormente descrito e que se mostra claramente antagônico à livre expressão social e ao exercício pleno da cidadania. Cidadania, na perspectiva de Maldonado, está relacionada a uma “produção cultural que articula comportamentos de fraternidade, solidariedade, cooperação, colaboração e empatia na busca de uma vida gratificante em comum” (2011, p. 2). É o viver em coletivo, em sociedade, mas como sujeito histórico-cultural, que atua na transformação, na criação de “modos de vida social” e em busca de “novos mundos possíveis de estruturação social, cultural, política e comunicativa” (2011, p. 5).

Trazer a ênfase na comunicação para a escola é ação fundamental para que ela se torne espaço de cidadania e transformação social, não se reduzindo a reproduzir o sistema social vigente, mas buscando garantir a cada um a possibilidade de “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (FREIRE, 2006b, p. 41). E também procure tornar todos sujeitos “da produção do saber, [que] se convençam definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (ibid, p. 22).

2.5. EDUCOMUNICAÇÃO

A educomunicação define-se como “um conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer *ecossistemas comunicativos*” (BARBERO, 2002, apud SOARES, 2011, p. 44), conceito definido como um “ideal de relações, construído coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, levando em conta, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e suas tecnologias” (SOARES, 2011, p. 44).

Onde quer que seja aplicada, na escola, na família, no trabalho ou alguma organização social, a educomunicação atua problematizando com todos os envolvidos os processos comunicativos estabelecidos nos convívios e relações sociais existentes. Perceber, avaliar e transformar essas relações sociais é uma das tarefas do grupo mediado pela educomunicação, fazendo uma opção “pela construção de modalidades abertas e criativas de relacionamento, contribuindo, dessa maneira, para que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia de ensino, aprendizagem e convivência” (SOARES, 2011, p. 45), seguindo o exemplo da pedagogia freireana.

Promover relações dialógicas significa entender que o convívio, a apreensão e produção do conhecimento e a gestão das decisões é um processo que precisa ser participativo e horizontal, na medida que se dá na construção e realização da autonomia de cada um. Freire destacou que “o Sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outro Sujeito no ato de pensar sobre o objeto. Não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’. É o ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário” (FREIRE, 1977, p. 66), o que demonstra a necessidade da construção coletiva das decisões e saberes. Não basta ou faz sentido, nesta perspectiva, o professor ou algum órgão governamental definir o que milhares de seres humanos, sujeitos de direitos, devem aprender ou pensar.

Sendo assim, o ecossistema comunicativo ideal promovido pela Educomunicação é democrático e horizontal, “reconhecendo fundamentalmente a igualdade radical entre as pessoas envolvidas” (SOARES, 2011, p. 37) criativo, valorizando e estimulando as expressões individuais e coletivas das identidades, culturas e sonhos, em busca de suas realizações, é também inclusivo, já que todos os sujeitos envolvidos precisam ser inseridos na relação dialógica, além de ser fundamentalmente midiático, percebendo e atuando nas mediações geradas pelas TICs e pelos MCM, e aberto às possibilidades, a outras maneiras de ver, fazer, imaginar e pensar. Conseqüentemente, os relacionamentos são também saudáveis, prazerosos, solidários e motivadores.

A partir da compreensão de como as vivências, subjetividades e saberes estão permeados pelas mídias em seus vários formatos, tipos, escalas e dimensões, desde as tecnologias que rodeiam nosso dia a dia, os vários discursos promovidos pelos veículos de comunicação hegemônicos como também o fenômeno da internet e da cibercultura, a Educomunicação compreende que além de perceber e desenvolver o ecossistema comunicativo, precisa também ler e refletir sobre o contexto dos meios de comunicação de massa, das TICs e da cultura digital/ciberespaço.

Objetiva com isso formar o leitor “ativo, crítico e criativo de todas as tecnologias de informação e comunicação” (Belloni, 2005, p. 13), que aprenda “maneiras (...) [de] decodificar e avaliar criticamente a produção midiática” (Vivarta, 2004, p. 260). Busca-se também a garantia do direito a comunicação por meio da apropriação dos meios e linguagens, para “produzir seus próprios veículos e desenvolver suas formas de expressão” (COSTA, apud Soares, 2011, p. 54) como forma de engajamento dos indivíduos e grupos em seus próprios processos educativos (SOARES, 2011, p. 15).

Esta prática e teoria baseadas na leitura crítica da comunicação, na apropriação dos meios (tecnologias, linguagens, etc.) bem como na reflexão e construção do ecossistema

comunicativo é o que entendemos como Educomunicação. Dedicar-se, então, na realização desta educação e comunicação libertadora, democrática, popular, para a concretização de novos modos de vida, sociedade e sociabilidades mais justas, igualitárias, cooperativas, amorosas.

A partir dessas práticas e conceitos, a escola se reinventa e reforça seu papel de emancipação social, além de caminhar decisivamente em direção à democratização das comunicações e, conseqüentemente, a uma sociedade mais democrática. A prática educacional na escola também luta contra a invisibilidade das experiências sociais, que as desperdiça, por torná-las desacreditadas, como explica Santos (2007, p. 24):

O mais preocupante no mundo de hoje é que tanta experiência social fique desperdiçada, porque ocorre em lugares remotos. Experiências muito locais, não muito conhecidas nem legitimadas pelas ciências sociais hegemônicas, são hostilizadas pelos meios de comunicação social, e por isso têm permanecido invisíveis, “desacreditadas”. A meu ver, o primeiro desafio é enfrentar esse desperdício de experiências sociais que é o mundo; e temos algumas teorias que nos dizem não haver alternativa, quando na realidade há muitas alternativas.

A possibilidade de apropriar-se dos meios de comunicação e expressão faz saltar aos olhos infinitas outras percepções do mundo e ressalta inúmeras experiências alternativas ao sistema político-econômico vigente, iniciativas que buscam a emancipação e transformação social. Comunicar esse outro mundo é imprescindível.

3. REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- BELLONI, Maria Luiza. **O que é Mídia-Educação?** Campinas: Autores Associados, 2005.
- BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. **Psicologia Geral**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006a.
- _____. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2006b.
- _____. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GIANCOLI, Marina. Conglomerados: o que é grande pode ficar maior. **Caros Amigos**, São Paulo, Ano XV, n. 52, abril 2011. Edição Especial – Mídia: A grande batalha pela democracia.

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. **Mídia, educação e cidadania:** Tudo que você deve saber sobre a mídia. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, Glaucia. **TV e Escola:** Discursos em confronto. São Paulo: Cortez, 2000.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim; LEAL, Maria Rute. **Sobre Positivismo e Educação.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba v. 3, n.7, p. 89-94, set./dez. 2002. Disponível em <www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=654&dd99=pdf>, acesso em: 15 out. 2012.

LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e Cultura:** As ideias de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LÖWY, Michel. **Ideologias e Ciência Social:** elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1991.

MALDONADO, A. Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. In: Encontro da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2011, Porto Alegre. **GT Comunicação e Cidadania.** Disponível em: <<http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=88&mmenu=6&gm=int>i=arqul&ordem=3&grupo1=9D&grupo2=&encontro=&tag=&ano=&mes=&pchave=&git=27&pg=2>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

MEKSENAS, Paulo. **Aprendendo Sociologia:** A paixão de conhecer a vida. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MORAN, José Manuel. **Leitura dos Meios de Comunicação.** São Paulo: Pancast, 1993.

MOSE, Viviane. **Desafios Contemporâneos – a educação.** Programa Café Filosófico CPFL, 4 set. 2009. Disponível em: <http://www.cpflcultura.com.br/2009/12/01/integra-desafios-contemporaneos-a-educacao-viviane-mose/>. Acesso em: 05 ago. 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a televisão na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

OUTRAS PALAVRAS. **Quem somos.** Site Outras Palavras. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/quem-somos/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SINGER, Helena. **República de Crianças.** Sobre experiências escolares de resistência. Campinas: Mercado de Letras: 2010.

SOARES, Ismar. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação:** Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

VIVARTA, Veet (coord.). **Remoto Controle:** linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes. São Paulo: Cortez, 2004.